TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016).2019\_Livro de Código”.

*Livro de Código*

Livro de código referente ao banco de dados de protestos que integra a pesquisa: “Confronto político no Brasil, da ascensão à crise dos governos petistas (2003-2016)”. *Coordenação: Profa. Dra. Luciana Tatagiba (NEPAC) e Andréia Galvão (CEMARX). Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da UNICAMP.*

<https://www.nepac.ifch.unicamp.br/>

<https://www.ifch.unicamp.br/cemarx/site/>

<https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pos/cienciapolitica>

**Apresentação da fonte de dados e instruções para a coleta de dados:**

Indicamos abaixo as orientações e explicações oferecidas aos responsáveis pela coleta de dados. São procedimentos necessários para padronizar o trabalho e assegurar que todos preencham o banco da mesma forma.

- Para localizar os eventos de protesto (nossa unidade de análise), acessar o acervo da Folha (https://acervo.folha.com.br/index.do) e ler os cadernos “Poder”, “Mercado” e “Cotidiano”, entre 01/01/2003 31/08/2016. As informações serão registradas no banco montado na plataforma Acess, estruturado em duas tabelas: a Tabela Geral, onde são registradas as informações agregadas por evento, e a Tabela Específica, onde são registradas as informações por cidade.

- Forma de captação de dados: leitura diária dos cadernos indicados.

- Não foram incluídos no banco ameaça de protestos ou expectativas de realização de protestos. Só nos interessam protestos que tenham efetivamente ocorrido.

- Devem ser registradas também imagens com legendas que retratem manifestações, mesmo que não venham acompanhadas de matérias, desde que contenham ao menos uma informação sobre o protesto (Quando? O quê? Quem? Por quê? Onde? Como? ).

## O que estamos considerando “evento de protesto”?

Definimos evento de protesto como:

1. Ações coletivas (envolvendo pelo menos duas pessoas), iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extra institucional (são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram/ou ameaçam instaurar algum tipo de dano) e voltadas a sustentar reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas (Tilly, 1978) [[1]](#footnote-1). Nesse sentido, não incluímos em nossa base um conjunto de outras práticas que compõem o repertório dos movimentos, como ações de formação junto as suas bases, reuniões com apoiadores, atuação institucional, lobby, etc. A operacionalização do conceito tem como principal desafio definir se o que a notícia reporta é um evento ou eventos múltiplos, o que significa estabelecer fronteiras temporais e espaciais (Olzak, 1989)[[2]](#footnote-2). Para que o evento seja definido como *um* evento todas as seguintes características devem estar presentes: ter a mesma data de início, não haver interrupção, responder a mesma “convocação” e sustentar a mesma reivindicação/queixa, mesmo que com diferentes ações e/ou ocorrendo em diferentes localidades. Por exemplo, a manifestação convocada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) em 15/03/2015, pelo *impeachment*, ocorreu em dezenas de cidade, o que nos levou a considerá-la um evento único. A estrutura do nosso banco nos permite coletar a informação para cada cidade mencionada na reportagem, mas todas elas receberam um mesmo código de evento. Isso nos permite trabalhar a informação agregada por evento ou desagregada por cidade.

2. Um evento coletivo e não individual. Tem que ser uma ação coletiva, ou seja, envolver mais de uma pessoa. Ou seja, estamos diferenciando ações de resistência individual de ação coletiva. Nessa ação, indivíduos coletivamente fazem reivindicações ou expressam queixas em nome de um movimento, organização de movimento ou categoria social. Mas, não apenas isso: também incluímos eventos nos quais indivíduos coletivamente expressam sua raiva ou queixas, mesmo que não em nome de organizações e movimentos sociais definidos (participantes que espontaneamente se expressam sem que o ato tenha sido convocado por organizações, por exemplo, o panelaço).

3. Uma ação pública, oriunda da sociedade civil (ou seja, não incluímos protestos de deputados contra uma lei ou de prefeitos reivindicando maiores repasses para os municípios), o que não significa que não possa haver organizadores ou apoiadores junto à sociedade política (como partidos, etc).

4. Uma ação que apresente uma reivindicação (bem material) ou a expressão de uma crença, queixa, opinião. A reivindicação pode visar a mudança ou a manutenção de uma dada situação (ou seja, pela mudança em determinada lei, assim como pela manutenção de leis). Nesse sentido, queima de ônibus não é um protesto, a menos que ele seja feito em nome de uma causa, de uma reivindicação, que algum grupo/ator reivindique o ato e lhe atribua um sentido político.

**Como distinguir um evento único de eventos diferentes?**

1- Contaremos como um evento único quando estiverem presentes **todas** as seguintes características:

* Mesma data de início;
* Continuidade no tempo (ou seja, não pode haver interrupção);
* Partilhar um objetivo principal, mesmo que com diferentes ações e/ou diferentes localidades.

2- Nossos critérios para definição de evento incluem: tempo e conteúdo; mas excluem território. Estar no mesmo território não é condição para ser considerado evento único. Por exemplo, manifestações do MPL em 17/06/2013 ocorreram em diferentes cidades, e tinham o mesmo objetivo. Todas essas manifestações receberão o mesmo código de evento.

VARIÁVEIS

**Identificação do Veículo [chave primária]**

É a variável que permite localizar onde a notícia (o evento de protesto) foi publicada, permitindo consultas e checagens posteriores. Esta variável está apresentada separadamente na tabela “Identificação do Veículo”.

Como é composta variável Identificação\_Veículo? Ano+Mês+Dia+Fonte[com 3 letras]+Caderno+PP\_nº da notícia [1 dígito] Exemplo: 20160622FSPC08\_1

Data = data em que a notícia foi publicada

Fonte = é o nome do jornal. Sempre FSP

Caderno = no caso da FSP são os seguintes cadernos:

Primeiro Caderno, Poder, Mercado (ou Dinheiro), Cotidiano, Sessões Especiais.

Cada caderno será identificado pela letra que consta no próprio jornal.

Observações:

* O que fazer quando uma mesma notícia traz informações sobre vários eventos?O problema aqui é que não podemos repetir a “identificação do veículo” porque ela é chave primária. Então, a alternativa foi incluir dois dígitos no final da identificação da notícia. Por exemplo, se um mesmo artigo informa três eventos únicos teremos três diferentes “identificação do veículo”. Exemplo: data+fonte+caderno+página**\_1**; data+fonte+caderno+página**\_2**; data+fonte+caderno+página**\_3**.
* Como lidar com informações divergentes? Por exemplo, no dia 06/07/2016 afirma-se que havia 1000 pessoas na rua; a reportagem sobre o mesmo evento no dia 08/07/2016 diz que havia 2000 pessoas na rua. O que fazer? qual informação usar? Reproduzir a informação tal como é apresentada na notícia, lembrando que deve-se repetir o mesmo “código de evento” e trazer a informação tal como oferecida pela notícia que gerou a nova “identificação da notícia”.

**Código do evento**

É a variável que identifica o evento de protesto.

Como é composta a variável Código do evento? Ano+Mês+Dia+Base mobilizada (4 letras-ver abaixo)+00 (nº em 2 dígitos)

Data = data do início do evento (portanto, em alguns casos, pode diferir da data da notícia, registrada em identificação do veículo)

Base mobilizada

Território: TERR

* sem teto
* sem terra
* quilombola
* indígenas
* atingidos por barragem
* morador
* ruralistas/fazendeiros

Identidade/cultural: IDEN

* imigrantes
* mulheres
* negro
* LGBT
* religioso
* deficientes
* familiares
* estudantes

Ocupação: OCUP

* trabalhadores: assalariados formais e informais, da cidade e do campo, independentemente da categoria profissional mencionada. Também autônomos, free lance etc. Ex: operários, caminhoneiros, garis, camelôs, motoboys, jornalistas, funcionários públicos. A diferenciação da ocupação será feita na tabela Tipo de Ocupação.
* aposentados
* empregadores: industriais, lojistas (por ex. Associação de Shoppings), comerciantes, banqueiros, fazendeiro
* desempregados

Política: POLI

* Ambientalistas
* Ativistas de Direitos Humanos
* Militantes de Partidos
* Ciclistas

Outros: OUTR

Aqui incluímos presos e traficantes. Sempre especificar nas observações.

Base Social Heterogênea: BSHT

Quando a notícia faz menção a mais de duas bases sociais. Por ex: estudantes, trabalhadores e desempregados.

Não Mencionada: NMEN

Quando a notícia não permite identificar a base.

Observações:

* Como lidar com um evento que já foi noticiado? Repetindo o código do evento. Isso nos possibilita acompanhar a trajetória do evento.
* Do mesmo modo, não podemos repetir o código de evento. Supondo que uma mesma notícia se refira a três eventos diferentes, precisamos diferenciá-los, daí a inclusão de 2 dígitos no final.

**Grupo social**

Grupos sociais são as categorias sociais que protestam. Para identificá-los, partimos da informação que nos dá o jornal – por exemplo, quando afirma “mulheres protestam”, “trabalhadores protestam” etc. Essa informação era combinada com a informação acerca da organização(s) que convoca(m) e, no caso de não haver nenhuma dessas informações, em certos casos derivamos o grupo social da reivindicação(s). Essa é uma variável múltipla, com 4 entrada. Na primeira codificação identificamos 23 grupos sociais, que depois foram reagrupados nos 15 grupos abaixo.

1. Ambientalistas: inclui grupos que se dedicam à defesa e preservação do meio ambiente e/ou a defesa dos direitos dos animais.
2. Coletivos ou grupos ad hoc: Incluímos nessa categoria grupos que se auto definem como *coletivos* (por exemplo, a Marcha da Maconha) – em distinção à forma movimento social ou organização – e aqueles que se juntam para responder a determinados eventos, dispersando-se quando as razões que motivaram a ação deixam de existir. Estão incluídos nessa categoria os *coletivos* de luta contra a Copa do Mundo e as Olimpíadas e os “Ocupas”, que se tornaram populares a partir de 2013, como o “Ocupa Cabral”, “Ocupa Tudo RS”, “Ocupa Estelita”, ou grupos como Anonymus e Black Blocs.
3. Direitos humanos: incluímos grupos e organizações que defendem os direitos dos indivíduos enquanto pessoas interpelando o Estado no que se refere ao uso das forças repressivas.
4. Difuso: incluímos nessa categoria protestos nos quais não é possível distinguir quem está na rua, seja porque as informações oferecidas pelo Jornal são insuficientes para derivar a(s) categoria(s) social(is) que protesta(m), seja porque os participantes parecem ocupar o espaço público na condição de indivíduos desorganizados. Esse foi um caso comum nos protestos de 2013 após a revogação do aumento da tarifa do transporte público, onde era impossível definir quem estava na rua e defendendo que pautas.
5. Empresários: representantes empresariais, câmaras empresarias ou agrupamentos empresariais, proprietários dos meios de produção tanto na cidade quanto no campo.
6. Estudantes: incluem estudantes de nível médio ou superior, do setor público ou privado
7. Familiares e amigos de vítimas: agrupamentos encabeçados por familiares e amigos de vítimas de algum delito entre particulares ou que envolva a participação das forças repressivas do Estado
8. Grupos antipetistas: são grupos heterogêneos e que não raro são identificados pelo jornal como “brasileiros” ou “cidadãos”. Entre 2015 e 2016 foram incluídos nessa categoria todos os protestos convocados por organizações como MBL, Revoltados Online, Movimento contra a Corrupção, Vem para Rua etc. que lideraram a campanha pelo impeachment de Rousseff. Entre 2011 e 2014, houve também protestos contra a corrupção que mantinham forte semelhança performativa e simbólica com os protestos pelo impeachment, mas nos quais não era possível identificar as organizações que convocavam. Incluímos esses protestos nessa categoria em razão das hipóteses que estão orientando a pesquisa acerca da relação entre as mobilizações sociais, entre 2011 e 2016, e a construção do antipetismo[[3]](#footnote-3).
9. Grupos identitários: inclui grupos em defesa dos direitos das mulheres, negros, comunidade LGBT e imigrantes.
10. Militantes partidários: grupos partidários tanto nos níveis locais quanto nacional.
11. Populares e moradores: inclui sem teto, sem-terra, atingidos por barragens, centrais e federações de movimentos populares, movimentos comunitários por melhoria nos serviços públicos, e frentes que articulam movimento populares (como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular) e associações de moradores.
12. Povos originários: inclui indígenas e quilombolas.
13. Religiosos: inclui católicos, evangélicos, religiões de matriz africana etc.
14. Trabalhadores: inclui protestos organizados por sindicatos, centrais sindicais, ou grupos identificados como trabalhadores, tanto do setor público quanto privado, de todos os ramos de atividade, incluindo informais, terceirizados, etc.
15. Outros: categoria residual

Os trabalhadores foram classificados como:

|  |
| --- |
| Trabalhadores administração pública |
| Trabalhadores comercio e serviço |
| Trabalhadores educação |
| Trabalhadores forças de segurança, aposentados e familiares |
| Trabalhadores indústria |
| Trabalhadores informais |
| Trabalhadores outros |
| Trabalhadores rural |
| Trabalhadores saúde |
| Trabalhadores transporte |
| Usuários ou consumidores |

**Reivindicação**

As reivindicações/queixas apresentadas nos protestos também são registradas conforme informado pela FSP e posteriormente codificadas, “... protestam por salários”, “...defendem o impeachment de Dilma Rousseff”. Na primeira codificação identificamos 39 categorias, reagrupadas nas 11 categorias abaixo. Essa é uma variável múltipla, com quatro entradas.

1. Governo e sistema político: compreende protestos contra políticos e governos, contra ou a favor do *impeachment* de Rousseff, contra a corrupção, em apoio ou crítica ao funcionamento de instituições políticas específicas como a Polícia Militar, a Polícia Federal, o STF, partidos políticos, em defesa da liberdade de expressão e mobilização, protestos em apoio à democracia ou à ditadura e pela regulamentação dos meios de comunicação.
2. Salário e condições de trabalho: protestos em defesa da melhoria das condições de trabalho, melhores salários, aumento nos benefícios, cumprimento de contratos de trabalho, mudança na legislação trabalhista.
3. Condições de vida nas cidades: englobam protestos relativos à moradia, transporte, política urbana e serviços públicos.
4. Justiça, direitos humanos e segurança: engloba protestos por esclarecimento de crimes, sejam cometidos pelo Estado ou por particulares e demandas gerais por mais segurança e mudanças na política de segurança, incluindo o tema das drogas.
5. Políticas sociais: protestos por saúde e educação
6. Política econômica e setorial: demandas relativas à política de juros, redução de impostos, privatização de portos e aeroportos, leilões de poços de petróleo.
7. Meio ambiente e desenvolvimento: inclui reivindicações em torno dos recursos naturais (com exceção da terra, que constitui uma categoria à parte), proteção ambiental, direitos dos animais, protestos contra a construção das hidrelétricas e transposição do São Francisco, e contra os megaeventos
8. Gênero, diversidade sexual e raça: reivindicações relacionadas ao machismo, violência contra a mulher, em defesa e contra o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, por direitos sexuais reprodutivos. Inclui também protestos dirigidos à questão racial, contra e a favor das cotas.
9. Terra: compreende reivindicações relativas à demarcação de terras indígenas, quilombolas, política de reforma agrária e política de assentamento
10. Outros: categoria residual
11. Sem dados

1. From mobilization to revolution. Reading, Mass: Addison Wesley, 1978 [↑](#footnote-ref-1)
2. OLSAK, Susan. Analysis of Events in the Study of Collective Action. Annual Review of Sociology, vol.15, pp. 119-141, 1989 [↑](#footnote-ref-2)
3. TATAGIBA, Luciana. Entre as ruas e as instituições. Os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lusotopie,* 17, 1, 2018, p. 112-135; TATAGIBA, Luciana. “Crossroas of brazilian democracy. Dynamics of social mobilisation during left turn cycle”. In: FERRERO, Juan; TATAGIBA, Luciana; Natalucci, Ana (eds). *Socio-political dynamics within the crisis of the left turn in Argentina and Brazil*. Rowman and Littlefield, prelo (abril/2019); TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Inventário inicial das direitas em movimento. *Sinais Sociais,* Rio de Janeiro, v.11 n. 33, p. 11-38, jan.-abr. 2017; TATAGIBA, Luciana; Trindade, Thiago; Teixeira, Ana Cláudia. Protestos à direita no Brasil (1997-2015), em Sebastião Velasco e Cruz et al. (Editores). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212. [↑](#footnote-ref-3)